

## ESTRUTURAS PRODUTIVAS E DESIGUALDADES INTRARREGIONAIS NO BRASIL

Denis Fernandes Alves<sup>1</sup>, William Eufrásio Nunes Pereira<sup>2</sup>,  
Francisco do O' de Lima Júnior<sup>3</sup>

**Resumo:** As desigualdades inter e intrarregionais são problemas fundamentalmente marcados pelo passado histórico de formação e consolidação das estruturas econômicas produtivas regionais no Brasil. Algumas regiões como Norte e Nordeste, devido a diversos fatores, não se desenvolvem tão rápido como o Sul e Sudeste mais avançados em termos de estrutura produtiva. Os fatores econômicos e sociais das regiões moldaram as características dos setores da economia e das suas próprias estruturas produtivas regionais. O objetivo principal desse artigo é analisar alguns fatores econômicos e sociais das regiões brasileiras, evidenciando os desequilíbrios em termos de estrutura produtiva intrarregional, bem como apresentar as perspectivas de mudanças e persistência dos problemas. Para realização de tal desiderato, utiliza-se de uma metodologia dedutiva e quanti-qualitativa. Os resultados encontrados demonstram a perpetuação do atraso econômico em meio a significativos avanços em setores específicos. As políticas públicas implementadas foram políticas públicas setoriais em escala nacional, e não explicitamente de cunho regional, que tiveram impactos importantes para a maior homogeneização social e a melhoria das condições de vida da população, justamente nos territórios caracterizados por menor crescimento econômico.

**Palavras-chave:** Economia Regional, Desigualdades, Estrutura Produtiva Regional.

## PRODUCTIVE STRUCTURES AND INTRARREGIONAL INEQUALITIES IN BRAZIL

**Abstract:** Inter and intra-regional inequalities are fundamentally marked by the historical past of formation and consolidation of regional productive economic structures in Brazil. Some regions such as the North and Northeast, due to several factors, do not develop as fast as the more advanced South and Southeast in terms of

- 
- 1 Economista. Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES/UFPE). [denis\\_fernandes@outlook.com](mailto:denis_fernandes@outlook.com)
  - 2 Economista. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto do departamento de Economia da UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO/UFRN).
  - 3 Economista. Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). Professor do Departamento de Economia (URCA) e dos Programas de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU/URCA) e Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PLANDITES/UERN).

---

-- ARTIGO RECEBIDO EM 30/01/2022. ACEITO EM 10/05/2022. --

productive structure. The economic and social factors of the regions shaped the characteristics of the sectors of the economy and of their own regional productive structures. The main objective of this article is to analyze some economic and social factors in the Brazilian regions, highlighting the imbalances in terms of intra-regional productive structure, as well as presenting the prospects for changes and persistence of problems. To achieve this goal, a deductive and quantitative-qualitative methodology is used. The results found demonstrate the perpetuation of the economic backwardness amid significant advances in specific sectors. The public policies implemented were sectoral public policies on a national scale, and not explicitly of a regional nature, which had important impacts for greater social homogenization and the improvement of the population's living conditions, precisely in territories characterized by lower economic growth.

**Keywords:** Regional Economy, Inequalities, Regional Productive Structure.

## 1. Introdução

As desigualdades regionais brasileiras se acentuaram com maior nitidez no momento anterior em que se intensificou o processo de industrialização nacional. Para Cano (1985) e Diniz (2001) é no seu processo de formação, datado no período 1880 a 1930, que se forjam as bases das desigualdades entre as regiões no Brasil, com a dinâmica diferenciada das várias regiões brasileiras.

A partir daí, o movimento econômico avança na diversificação produtiva e integração do mercado nacional. Esse processo pode ser compreendido em dois momentos distintos, são eles: i) de 1930 a 1955 e ii) de 1956 a 1970. Segundo Cano (1977, 1985) no primeiro momento, da década de 1930 até meados dos anos cinquenta, tem-se a alteração do padrão de acumulação de capital e, dessa forma o país ingressa na chamada industrialização “restringida”. No segundo momento, entre o período de 1956 a 1970, que é quando o padrão se altera e são implantadas as indústrias produtoras de bens de produção e consumo durável, tem-se a chamada industrialização “pesada”.

A fase da indústria “restringida” é assim denominada devido ao fato de a reprodução do capital depender majoritariamente do setor externo e da capacidade de importar. É nessa fase, que há a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial, extremamente concentrado num espaço regional restrito, o Centro-Sul (mais especificamente em São Paulo). Esse processo de concentração regional acontece e agrava cada vez mais as desigualdades regionais. Assim, coube às demais regiões passarem estimular e a dinamizar suas atividades produtivas como forma de se inserir no mercado nacional.

Já o processo de industrialização “pesada”, brasileira teve início com maior consistência no Governo de Juscelino Kubistchek, iniciando-se na segunda metade da década de 1950. Essa última etapa tomou proveito do momento internacional favorável. Durante esse período já era visível a forte concentração, no Centro-Sul, dos setores dinâmicos da estrutura produtiva nacional (CANO, 2008).

O problema das desigualdades regionais surge assim, com intensidade, nesse momento em função da unificação dos mercados nacionais. É desse modo que é promovido o chamado hiato econômico entre as regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste com as regiões do Sul e Sudeste. Imprimi-se, portanto, traços e características típicas de economias dualistas.

O objetivo principal desse artigo é analisar alguns fatores econômicos e sociais das regiões brasileiras, evidenciando os desequilíbrios em termos de estrutura produtiva intrarregional, bem como apresentar as perspectivas de mudanças e persistência dos problemas. Para realização deste intento, buscou-se utilizar de uma metodologia dedutiva que fundada em pesquisa bibliográfica e documental, possibilitou uma reconstituição do contexto em análise. Foram coletados dados secundários de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS/MT). Além disso, procurou-se via elementos quantitativos realizar análise que comprovasse o pressuposto básico deste artigo, que consiste em responder a seguinte questão: a desigualdade no desenvolvimento regional brasileiro permanece face aos movimentos mais recentes da economia brasileira?

Para atingir o objetivo, responder pergunta e contribuir para a literatura nacional, o trabalho estrutura-se em cinco partes, incluindo essa breve introdução. Na segunda parte busca-se apresentar o histórico das desigualdades regionais no Brasil. Na terceira e quarta parte apresenta-se as configurações econômicas e sociais das regiões brasileiras. Por fim, breves considerações nas quais são apresentadas algumas perspectivas de mudanças e de persistências dos problemas econômicos e sociais regionais.

No intuito de melhor captar as diferenciações nas dinâmicas econômicas e produtivas regionais, optou-se por agrupar as cinco regiões brasileiras em dois conjuntos sendo o primeiro formado pelas economias das Regiões Norte e Nordeste e o segundo formado pelas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, denominado consensualmente de Centro-Sul.

## **2. Histórico das desigualdades regionais no Brasil**

A maior composição do PIB brasileiro no período apresentado na Tabela 01, foi fortemente concentrado na Região Sudeste, com intensa participação do estado de São Paulo. Contudo essa participação vem caindo ao longo dos anos, principalmente a partir dos anos 1980. Conforme observado por Brandão (2019), neste período tem-se reduzido a concentração espacial e, conseqüentemente as desigualdades regionais. Porém, medidas devem ser tomadas como forma de planejar o desenvolvimento regional que viabilize não só as reduções das disparidades regionais, mas, sobretudo, das desigualdades sociais dentro de cada região<sup>4</sup>.

Os dados apontam que há mais de setenta anos tem-se uma concentração econômica regional em que a participação da região Sudeste no PIB nacional é de mais de 50%. Conforme dados do IBGE, apresentado na Tabela 1, houve mudanças, porém, se manteve uma grande diferença das participações das regiões no PIB.

---

4 Entende-se que tanto as desigualdades regionais, quanto às desigualdades sociais, coexistem em um mesmo espaço, ou seja, não há uma sem a outra. No entanto, as desigualdades sociais em regiões atrasadas são mais preocupantes do que em regiões mais desenvolvidas.

Tabela 01: Distribuição relativa dos PIB's regionais 1939-2016 (períodos selecionados)

Regiões	1939	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2016
<b>Norte</b>	2,7	1,7	2,2	2,3	3,3	4,9	4,6	5,3	5,4
<b>Nordeste</b>	16,7	14,6	14,8	12	12,2	12,9	13	13,5	14,3
<b>Sudeste</b>	63,2	65,6	62,8	65	62,1	58,8	57,5	56,1	53,2
<b>Sul</b>	15,3	16,3	17,8	17	17,3	18,2	17,7	16,0	17,0
<b>Centro-Oeste</b>	2,1	1,8	2,4	3,7	5,1	5,2	7,2	9,1	10,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2021a).

Para além da unificação dos mercados nacionais, nos últimos anos, sobretudo de 1970 a 2016, observa-se que a participação na composição do PIB regional é quase dobrada na região Centro-Oeste, passando de 3,7% para 10,1%. Isso pode ser explicado pelo fato de que houve uma participação elevada no que diz respeito à comercialização de *commodities*, ampliando a produção agrícola e geração de novos postos de trabalho. No Norte e no Nordeste, o aumento nesse período foi de apenas 3,1% e 2,1%, respectivamente. Já no Sul apresentou a mesma participação de 17%, e no Sudeste há uma redução da participação na composição do PIB, 65,0% para 53,2%. Não necessariamente tenham sido reduzidas suas produções, mas em termos agregados, começa a perder espaço no mercado nacional, muito embora essas duas regiões concentrem mais de 70% do PIB do país no ano de 2016. Ocorrendo assim um processo de desconcentração produtiva no país.

Diniz (2001) entende que a desconcentração produtiva no Brasil se caracterizou por ser mais uma realocação industrial do que uma descentralização de capitais. Segundo ele, isso se deve ao fato que o movimento de realocação de investimentos do principal centro produtor brasileiro (São Paulo), ter ocorrido em grande parte dentro do próprio território desta unidade federativa e no seu entorno. Assim, as indústrias realocaram algumas de suas filiais para cidades interioranas. No entanto, estas se apresentavam como pontos estratégicos, próximas a capital ou a região metropolitana de São Paulo.

Esses processos de desconcentração industrial no Brasil sempre tiveram o incentivo do Estado, seja por meio de políticas econômicas ou mesmo de projetos e programas de outras instituições com apoio da União. Para Bercovici (2003) e Pereira (2004), o Estado brasileiro é o principal promotor do desenvolvimento e, em virtude disso, terá que lidar com um dos principais problemas ligado à formação do Estado nacional: as desigualdades regionais.

A existência dessas desigualdades é um problema da sociedade nacional como um todo, não apenas dos residentes nas regiões menos desenvolvidas. Para Furtado (1982) e Bercovici (2003) os grandes problemas nacionais só podem ser estudados corretamente se levarem em consideração os desequilíbrios regionais tanto na sua forma inter quanto na sua forma intrarregional.

### 3. Configurações econômicas e sociais das regiões Norte e Nordeste

Tanto a região Norte quanto a região Nordeste apresentaram no seu passado grandes dificuldades para se desenvolver e integrar ao mercado nacional. Foram diversos fatores que

colaboraram para que houvesse tamanha desigualdade inter-regional. Dentre eles estão as questões climáticas, ambientais, políticas e, sobretudo, os aspectos econômicas e sociais. Nessa seção, serão analisados esses dois últimos aspectos enfatizando as características intra regionais presentes nas regiões Norte e Nordeste nos últimos anos<sup>5</sup>.

Até o final da década de 1960, a expansão econômica da região Norte estava vinculada às diferentes flutuações do ciclo da borracha, principal fator de atração de mão-de-obra de outras regiões, principalmente proveniente da região Nordeste. A Amazônia recebeu discreta atenção do governo federal. Segundo Barbosa *et al.* (2004) nem mesmo com a implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que detinha a união, os Estados e os Territórios (Guaporé, Rio Branco e Amapá) de aplicarem anualmente até 3% de suas rendas tributárias na região, sob a responsabilidade da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), impediu que esta fase ficasse conhecida como de estagnação. Após 1966, que SPVEA foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A década de 1970 foi marcada pelo ambicioso projeto dos governos militares em tentar ocupar a Amazônia mediante construções de estradas explorando as fronteiras. Esta ação incluiu incentivos fiscais, financeiros e investimentos estatais com participação de capital privado, além da criação de órgãos regionais de desenvolvimento (BARBOSA *et al.*, 2004; DINIZ, 2009).

Após a fase do “milagre econômico” dos governos militares, a partir de meados dos anos 1970 começou a desaceleração da economia brasileira, enquanto a Região Norte apresenta um desempenho muito bom. De acordo com Buarque, Lopes e Rosa (1995), no período 1975-1980, a região apresentou a mais alta taxa anual de crescimento de sua história – 15,8%, que representou mais do dobro da taxa anual de crescimento do país que foi de 6,4% no mesmo período. Entre 1980 e 1990, a economia da Região Norte cresceu quase cinco vezes mais que a economia nacional, sob o estímulo dos investimentos públicos em infraestrutura (sobretudo um aumento dos municípios com abastecimento de energia e melhores condições de saneamento básico) e na atividade produtiva minero-metalúrgica (BARBOSA *et al.*, 2004). Mais ainda, de acordo com dados oficiais do Instituto de Econômica Aplicada (IPEA), entre 1996 e 2000, o PIB do Brasil cresceu em média, 2,3%, enquanto o PIB da Região Norte foi de 3,9% (DINIZ, 2009).

Segundo Diniz (2001; 2009), nesse período, ocorre uma participação mais agressiva do governo federal em tentar estabelecer metas prioritárias nas zonas selecionadas com critérios econômicos para fins de desenvolvimento regional. Para tanto, a estratégia apoiou-se basicamente em duas frentes: integração física, econômica e cultural da comunidade brasileira em direção ao Nordeste e ao Centro-Oeste; e ocupação e expansão econômica visando atrair excedentes populacionais de outras áreas.

---

5 Para um aprofundamento sobre o processo de integração do mercado nacional e a gradativa articulação produtiva que convergiu na dinâmica de redução das disparidades inter regionais brasileiras ver Cano (2007; 2008) Guimarães Neto (1989).

De acordo com dados do Censo de 2000 (IBGE, 2021b), o Norte tinha uma população de 12,9 milhões de habitantes, a segunda menor do país, após a região Centro-Oeste (11,3 milhões). Desse total, cerca de 70% residem na zona urbana e 30% na zona rural, sendo que para o Brasil a distribuição é de 81% de residentes na zona urbana e 19% na rural. Quanto à distribuição por sexo, 50,6% são homens e 49,6% são mulheres.

Em termos intra regionais, até início dos anos 2000, o PIB do estado do Amazonas crescia acima da média nacional, assim como o contingente populacional devido à migração do resto do país e do interior do estado para a capital, Manaus (BARBOSA *et al.*, 2004). No entanto, em estudos mais recentes, observou-se que a economia paraense avança em termos de maior participação na economia da região Norte e em termos demográficos.

Por meio da Tabela 2 para o ano de 2016, é observado que a maior participação do PIB se concentra nos estados do Pará (40,9%) e Amazonas (26,4%), como já era esperado. Juntos somam mais de 65% da composição do PIB da região Norte.

Tabela 02: Participação dos estados da região Norte no PIB e na estrutura produtiva regional - 2016 (%)

	RO	AC	AM	RR	PA	AP	TO
<b>Participação no PIB</b>	11,7	4,1	26,4	3,3	40,9	4,3	9,4
<b>Participação na Estrutura Produtiva</b>							
- <b>Produto Agropecuário</b>	14,5	4,3	17,4	1,7	50,7	0,8	10,7
- <b>Produto Industrial</b>	9,1	1,5	36,7	1,2	43,9	2,2	5,3
- <b>Produto de Serviços</b>	12,0	4,4	24,4	3,2	41,1	4,6	10,3

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c).

Vale destacar que a maior participação na estrutura produtiva da região Norte é a do estado do Pará. Com mais de 50% do produto agropecuário, 43,9% do produto industrial e 41,1% do produto total do setor de serviços. De modo geral, nos três segmentos é o estado com maior participação. Outro ponto importante, é referente a baixa participação dos estados de Amapá, Roraima e Acre na estrutura produtiva. Se tratam de unidades da federação em que suas economias são baseadas, principalmente, no setor terciário, com registros de alta taxa de crescimento, nos últimos anos conforme dados disponibilizados pelo IBGE (2021c).

Segundo Barbosa *et al.* (2004), dentro do estado do Amazonas, o maior da região Norte em termos de extensão territorial, a concentração econômica e demográfica é muito forte na sua capital. A autora afirma que na Amazônia e região Norte, em períodos mais recentes, aprofundam-se as questões ambientais, étnicas, demográficas e principalmente sociais, desnudando diferenças próprias da região.

O caso da região Nordeste é particularmente interessante pelo modo como a região foi marcada no seu passado histórico. Furtado (1977) relata a herança colonial/escravista da região e a lenta recuperação de suas exportações ao longo do século XIX e sua difícil complementação com as economias do Sul do país. Dos componentes do complexo

nordestino, Furtado (1977) explicou que tanto a pecuária<sup>6</sup> quanto a agricultura de subsistência<sup>7</sup>, contribuíram para a formação de um imenso reservatório de mão-de-obra.

Até por volta de 1910, o complexo Nordestino não conseguiu superar sua formação estrutural, que se refletia no problema de excedente e no problema de mercado. Com isso as mudanças de produção pouco se alteram qualitativamente, perpetuando baixos salários e baixa produtividade e eficiência, reedificando a estrutura e a dinâmica de demanda de bens de consumo (GUIMARÃES NETO, 1997).

Até meados do século XX, o Nordeste brasileiro era uma região esquecida, causando um atraso econômico e social em relação ao centro da economia do país. O desconhecimento dos fatores responsáveis pelo atraso gerava a incapacidade de elaborar planos de diretrizes que modificassem o cenário. As disparidades regionais eram cada vez mais crescentes. Os problemas do Nordeste foram agravados por interesses da elite, o que levou o Governo Federal a intervir no desenvolvimento da região através de política regional. No Governo JK, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que teve como função fazer um estudo exaustivo da região. É, contudo, ao final do Governo de Juscelino, que é corporificada, a partir destes importantes estudos bem como da ação desenvolvimentista integradora, a intervenção planejada via SUDENE (CANO, 2000; LIMA JÚNIOR, 2008).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>8</sup> tinha como objetivo proporcionar ações de fomento ao desenvolvimento do Nordeste, dentre elas destacava-se a política dos incentivos fiscais<sup>9</sup> e a correção das distorções intra regionais. Proposta por Celso Furtado - à frente do GTDN -, a superintendência tinha como função orientar a utilização de seus recursos, “para lograr: i) a elevação da produtividade da agricultura, ii) a modernização da infraestrutura regional de transportes, comunicação, energia e saneamento básico; e, iii) a utilização intensiva dos recursos naturais da região” (BONAVIDES, 1971, p.18). A industrialização seria uma das estratégias de transformação. Muito embora a premissa da Superintendência fosse levar o desenvolvimento para a Região Nordeste, desconcentrando os empreendimentos, houve concentração de investimentos em alguns estados como Bahia, Ceará e Pernambuco.

---

6 Com o seu papel histórico de ocupação territorial, consolidação de um regime latifundiário de propriedade de terra, nestas condições a maioria da população livre se integra na situação de “morador de condição”.

7 Fatores como a exígua urbanização, os altos custos de transportes, a relativa autossuficiência da pecuária e do açúcar e a pequena dimensão da propriedade reforçaria o círculo vicioso da pouca dinamicidade dessa agricultura, principalmente em termos de mercado e acumulação de capital.

8 A SUDENE, foi criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

9 O sistema de incentivos fiscais era basicamente centrado na isenção total ou parcial do imposto sobre a renda, para subsidiar o investimento privado no Nordeste, a partir da criação da SUDENE (CANO, 2000).

Tabela 03: Participação dos estados da região Nordeste no PIB e na estrutura produtiva regional - 2016 (%)

	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
<b>Participação no PIB</b>	9,5	4,6	15,4	6,6	6,5	18,6	5,5	4,3	28,8
<b>Participação na Estrutura Produtiva</b>									
- <b>Produto Agropecuário</b>	12,4	3,8	11,7	3,8	4,4	12,7	13,8	3,5	33,8
- <b>Produto Industrial</b>	8,5	3,0	15,1	6,5	5,3	18,4	3,6	4,5	35,0
- <b>Produto de Serviços</b>	9,2	4,6	16,4	6,5	6,4	19,1	5,3	4,1	28,4

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c).

A região evoluiu com concentração histórica de investimentos nesses estados, principalmente por conta da guerra fiscal ocorrida com maior consistência nos anos 1990 (PEREIRA, 2015). Contudo, diferentemente da região Norte, a região Nordeste se configura no ano de 2016, com importantes participações dos nove estados. Há, ainda, concentração muito alta no maior estado em termos de extensão territorial e populacional, a Bahia, com 28,8%, seguida pelos estados de Pernambuco (18,6%) e do Ceará (15,4%).

A Tabela 4 demonstra, por meio do Índice de Gini, a participação no PIB e na estrutura produtiva regional desses estados. No Norte, a maior desigualdade reside nos estados mais ricos da região. O destaque é para o estado do Amazonas e Pará em relação ao Produto Interno Bruto, muito embora apresentem queda nos últimos anos, sobretudo no Pará, ainda é discrepante a desigualdade existente que, conforme atenta Barbosa *et al.* (2004), concentra-se historicamente nas capitais Manaus e Belém. Já às menores disparidades em termos de PIB identificados pelo índice de Gini é referente aos estados de Rondônia e Acre, com 0,69 no ano de 2016.

As desigualdades que predominam no VAB do setor agropecuário são concentradas nos estados do Amazonas e Pará, com tendência crescente. A indústria, por sua vez, é concentrada e em alguns estados é quase 100%. No caso do estado do Amazonas, Pará e Tocantins são os estados que mais se destacam em termos de concentração na capital e regiões próximas. O setor de serviços, assim como em outras regiões, vem reduzindo as desigualdades e os estados do Acre, Amazonas, Pará e Amapá têm apresentado queda no Índice de Gini nesse setor.

Tabela 04: Índice de Gini na participação dos estados das regiões Norte e Nordeste no PIB e na estrutura produtiva regional - 2016 (%)

Estados/ Regiões	Índice de Gini - PIB			Índice de Gini - VAB agropecuária			Índice de Gini - VAB indústria			Índice de Gini - VAB serviços		
	2000	2010	2016	2000	2010	2016	2000	2010	2016	2000	2010	2016
RO	0,62	0,70	0,69	0,36	0,31	0,32	0,72	0,84	0,84	0,67	0,70	0,71
AC	0,70	0,72	0,69	0,45	0,32	0,31	0,80	0,86	0,82	0,73	0,73	0,72
AM	0,89	0,90	0,87	0,44	0,53	0,55	0,96	0,97	0,97	0,86	0,80	0,80
RR	0,70	0,76	0,73	0,40	0,28	0,39	0,80	0,87	0,85	0,72	0,77	0,76
PA	0,77	0,75	0,70	0,47	0,46	0,49	0,91	0,91	0,87	0,77	0,70	0,68
AP	0,78	0,77	0,76	0,34	0,45	0,34	0,80	0,80	0,74	0,80	0,80	0,79
TO	0,68	0,71	0,72	0,52	0,50	0,48	0,84	0,87	0,88	0,71	0,71	0,73
<b>NO</b>	<b>0,81</b>	<b>0,82</b>	<b>0,78</b>	<b>0,51</b>	<b>0,54</b>	<b>0,55</b>	<b>0,94</b>	<b>0,94</b>	<b>0,92</b>	<b>0,81</b>	<b>0,78</b>	<b>0,77</b>
MA	0,71	0,74	0,72	0,39	0,48	0,47	0,84	0,90	0,89	0,75	0,73	0,67
PI	0,77	0,78	0,77	0,44	0,58	0,58	0,89	0,92	0,90	0,78	0,71	0,62
CE	0,79	0,80	0,79	0,40	0,47	0,50	0,88	0,90	0,89	0,80	0,73	0,67
RN	0,79	0,81	0,80	0,51	0,62	0,66	0,87	0,91	0,88	0,77	0,75	0,68
PB	0,77	0,78	0,78	0,54	0,52	0,56	0,90	0,92	0,91	0,76	0,77	0,71
PE	0,80	0,80	0,79	0,47	0,53	0,61	0,87	0,90	0,89	0,78	0,74	0,68
AL	0,72	0,75	0,74	0,50	0,53	0,63	0,84	0,88	0,89	0,74	0,74	0,67
SE	0,75	0,73	0,74	0,44	0,46	0,50	0,83	0,84	0,84	0,75	0,71	0,64
BA	0,80	0,79	0,78	0,55	0,58	0,57	0,91	0,91	0,90	0,79	0,73	0,66
<b>NE</b>	<b>0,80</b>	<b>0,80</b>	<b>0,79</b>	<b>0,55</b>	<b>0,60</b>	<b>0,62</b>	<b>0,90</b>	<b>0,92</b>	<b>0,91</b>	<b>0,80</b>	<b>0,82</b>	<b>0,79</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c).

Na região Nordeste, em termos de desigualdades intra regionais, observa-se que o PIB apresenta maior concentração nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, sendo que neste último ocorre redução das desigualdades, muito embora ainda se apresentem elevadas. No que se refere ao VAB agropecuário, o Nordeste como um todo apresenta aumento das disparidades entre o ano 2000 e 2016, saindo de 0,55 para 0,62. A maior concentração está no estado do Rio Grande do Norte, na faixa Oeste do estado, conforme observado por Alves, Lima Júnior e Pereira (2019). Chama-se atenção para a alta concentração do Valor Adicionado Bruto da Indústria na região Nordeste, com 0,91 em 2016.

O Índice de Gini captou um crescente aumento das desigualdades no setor industrial. Identificado como altamente concentrado em todos os estados, no ano de 2016, o valor do índice é de 0,92 no Norte e 0,91 no Nordeste. É relevante destacar duas características desse setor. Uma delas é a concentração intra estadual, mais comum nas capitais e regiões metropolitanas e a segunda é a ocorrência do processo denominado de desindustrialização em curso no país, conforme evidências e estudos elaborados por Nassif (2008), Oreiro e Feijó (2010), Cano (2012) e Silva e Lourenço (2014) e, especificamente por Sampaio (2015) que aponta diretamente os efeitos da desindustrialização sobre as estruturas produtivas regionais.

Já o Setor de serviços apresenta queda de concentração em todos os estados, uma queda virtuosa, maior dispersão e interiorização nesse segmento nos estados nordestinos. O que de fato impacta no aumento da renda per capita da população.

A renda *per capita* na região Norte tem crescido bastante, conforme demonstrado pela Tabela 5, superando em 2010 a renda per capita da região Nordeste. Vale ressaltar que estas regiões possuem as mais baixas rendas per capita do país. Em 2010, o Nordeste é o estado mais pobre em termos per capita do Brasil, demonstrando a fragilidade econômica e social e a necessidade de um planejamento estratégico de âmbito nacional visando o desenvolvimento regional, conforme ressaltado por Diniz (2001).

Tabela 05: Renda per capita nos estados das regiões Norte e Nordeste - períodos selecionados (1991/2000/2010)

Estados/Regiões	Renda per capita			Média Total
	1991	2000	2010	
Rondônia	242,4	462,00	646,78	476,14
Acre	224,04	357,21	497,44	386,8
Amazonas	271,24	342,97	508,28	395,71
Roraima	347,27	458,26	578,38	495,48
Pará	214,54	331,96	429,57	341,59
Amapá	292,21	416,67	575,42	466,8
Tocantins	192,8	339,65	571,51	395,06
<b>Norte</b>	<b>254,93</b>	<b>386,96</b>	<b>543,91</b>	<b>382,53</b>
Maranhão	123,89	217,01	348,72	241,94
Piauí	138,13	253,37	408,27	276,6
Ceará	177,98	307,28	445,88	323,73
Rio Grande do Norte	193,66	346,96	531,56	374,33
Paraíba	161,49	295,79	462,29	317,57
Pernambuco	216,67	362,01	508,82	374,06
Alagoas	169,54	276,41	421,32	299,23
Sergipe	198,64	322,26	508,2	361,36
Bahia	187,83	315,98	481,18	338,34
<b>Nordeste</b>	<b>174,20</b>	<b>299,67</b>	<b>457,36</b>	<b>325,94</b>
<b>Brasil</b>	<b>348,47</b>	<b>585,94</b>	<b>767,02</b>	<b>587,48</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Demográficos - IBGE (2021b)

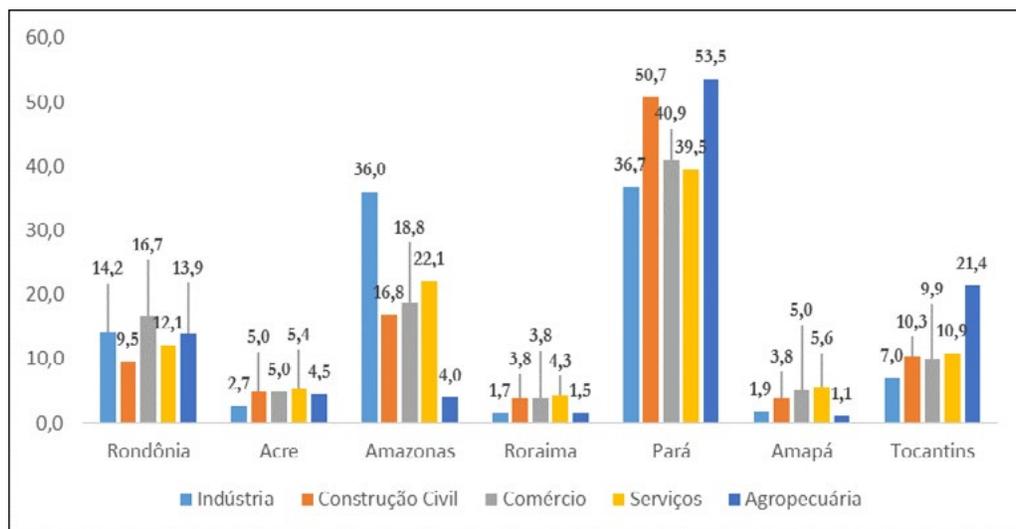
No Norte, os estados de Roraima (em 1991) e Rondônia (em 2000 e em 2010) foram os que apresentaram maior renda per capita regional. Os estados de baixa renda per capita foram Tocantins em 1991 e Pará nos anos 2000 e 2010. O Norte como um todo em 2010 apresentou renda per capita média de 543,91 reais.

No caso do Nordeste, Maranhão é o estado historicamente mais pobre, não só do Nordeste, mas no âmbito nacional. Já os estados de Pernambuco (nos anos de 1991 e 2000) e Rio Grande do Norte (no ano de 2010) apresentaram maior renda per capita regional. No entanto, conforme estudo de Carvalho (2014, p.180), o Nordeste continua a ser a região do

Brasil “com os indicadores sociais mais problemáticos, resultado da sua pobreza econômica, combinada com uma estrutura fundiária carente de modernização e com disparidades na distribuição da renda”. Esta tem sido uma característica marcante na região e é nesse sentido que se dá a preocupação com a questão regional, já que ambas as regiões estão bem abaixo da média nacional.

No âmbito do emprego formal, a região Norte em termos intra regionais concentra no estado do Pará a maior quantidade de pessoas empregadas, nos cinco setores considerados. Percebe-se adicionalmente uma baixa participação de Acre, Amapá e Roraima, o que reproduz não só uma estrutura produtiva mais atrasada, mas também maior número de desempregados em termos formais.

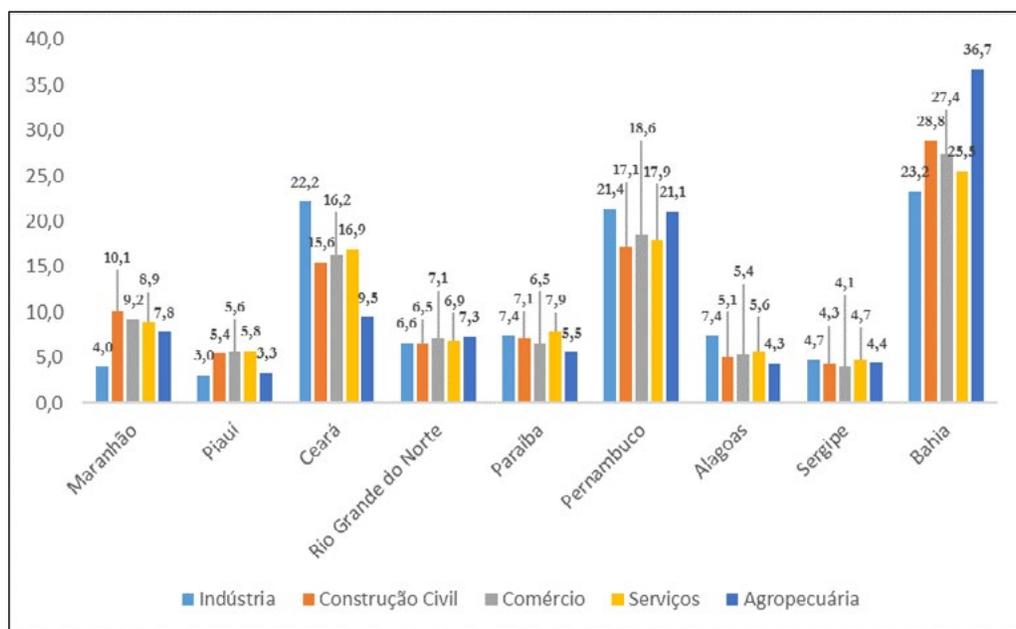
Figura 01 – Emprego Formal por grande setor nos estados da região Norte - 2017.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS/MTE (2019).

A Figura 01, mostra a relação dos empregos formais por grande setor da região Norte e como estão distribuídos em cada um dos sete estados. Desse modo, se torna mais evidente identificar as dinâmicas de cada estado. No caso dos empregos formais da indústria, nota-se que 36,7% dos empregados são do estado do Pará, outros 36% do estado do Amazonas e, em seguida, vem Rondônia com 14,2%. De maneira geral, o estado do Pará concentra a maior parte dos empregados formais nos setores da Construção Civil (50,7%) e Agropecuária (53,5%). Logo, considera-se o estado que mais emprega na região, muito embora a renda per capita seja uma das mais baixas da região em 2010, conforme Tabela 05.

Figura 02 – Emprego Formal por grande setor nos estados da região Nordeste - 2017.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS/MTE (2019).

De acordo com a Figura 02, com base nos dados da RAIS/MTE (2019), Bahia, Ceará e Pernambuco são responsáveis por mais de 50% dos empregos nos cinco setores analisados na região. Conforme já apontado, trata-se de uma das regiões mais pobres do país, com menor renda per capita e com sua estrutura produtiva mais desenvolvida concentrada em três estados. Isso demonstra um elevado desequilíbrio intrarregional. Até mesmo no que se refere à taxa de desemprego, a Nordeste apresenta taxa superior à média nacional no período analisado, conforme demonstrado na Tabela 06.

Tabela 06 - Taxa de desemprego por estado nas regiões Norte e Nordeste - períodos selecionados (1991/2000/2010)

Região	Taxa de desemprego			Total
	1991	2000	2010	
Rondônia	3,46	9,88	5,31	6,4
Acre	4,5	11,81	7,54	8,26
Amazonas	9,33	19,27	9,54	12,75
Roraima	9,64	14,28	7,51	10,19
Pará	5,57	13,53	9,02	9,75
Amapá	8,89	19,06	11,62	13,55
Tocantins	3,9	13,54	7,14	8,59
<b>Norte</b>	<b>6,04</b>	<b>14,47</b>	<b>8,54</b>	<b>9,97</b>
Maranhão	4,41	11,48	8,54	8,52
Piauí	3,95	10,31	7,82	7,68

Região	Taxa de desemprego			Total
	1991	2000	2010	
Ceará	4,09	12,92	7,59	8,5
Rio Grande do Norte	6,34	16,00	9,79	10,97
Paraíba	4,91	14,02	8,57	9,46
Pernambuco	7,27	18,01	10,95	12,37
Alagoas	6,59	17,28	10,65	11,83
Sergipe	6,48	16,26	10,18	11,33
Bahia	6,91	17,85	10,73	12,21
<b>Nordeste</b>	<b>5,88</b>	<b>15,50</b>	<b>9,63</b>	<b>10,67</b>
<b>Brasil</b>	<b>4,90</b>	<b>14,67</b>	<b>7,42</b>	<b>9,23</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Demográficos - IBGE (2021b).

Ambas as regiões apresentam elevadas taxas de desemprego. Um olhar para dentro do a Região Norte, observa-se que o desemprego na década de 1990 foi alarmante, devido ao momento conjuntural instável que passava a economia brasileira. Vale destacar as taxas superiores a dois dígitos em quase todos os estados exceto Rondônia. Do ano 2000 até 2010, destaca-se uma queda substancial das taxas de desemprego, muito disso se deve às ações desenvolvimentistas e ao contexto de reorientação do papel governamental na promoção de políticas com efeitos na recomposição do poder de compra dos salários médios, na retomada do crédito e na recuperação da capacidade de investimentos conforme aponta Cano (2011)<sup>10</sup>.

A região Nordeste foi uma das mais impactadas pelo período de instabilidade econômica vivenciado na década de 1990. As taxas de desemprego, em todos os estados, foram superior a dois dígitos, com destaque para os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco com taxa superior a 17%, em uma média regional de 15,5%, sendo superior à média nacional, no ano 2000. Em 2010, houve uma queda acentuada, mas ainda apresenta taxa de desemprego maior do que a taxa nacional, assim como à região Norte.

#### 4. As conformações da economia do Centro-Sul

Os desequilíbrios inter-regionais no Brasil tornaram-se mais evidentes com a unificação do mercado nacional. Segundo Macedo e Mattos (2008), esse processo aconteceu quando as diversas regiões se integraram ao seu centro industrial dinâmico (o estado de São Paulo), mantendo com ele importantes vínculos comerciais, produtivos, financeiros e migratórios. Muito embora, o processo de concentração e seu agravamento das desigualdades no Brasil não se manteve estagnado. De acordo com Cano (1985) o país apresentou elevadas taxas de crescimento entre 1930 e 1970 (conforme Tabela 1), ainda que menores que a média de São Paulo.

10 Neste contexto, o autor ainda realça a evolução favorável do comércio internacional, com papel expressivo dos mercados asiáticos, essencialmente chinês, que permitiu boa inserção de alguns setores nacionais. Os maiores efeitos serão sentidos em regiões produtoras de grãos e minérios.

A Tabela 7 apresenta a participação dos estados no PIB regional e nos três grandes setores da economia. Por região, observa-se que o Sudeste é a única região com perda de participação nos três segmentos e no Produto Interno Bruto. Já no Sul e no Centro-Oeste a situação foi contrária, havendo elevado aumento da participação dos estados na estrutura produtiva regional de uma forma mais equilibrada. No caso da Região Sul, o setor de destaque foi o industrial, passando de 17,1% para 20,1%, um aumento de 3% na participação do VAB da indústria. Já no caso do Centro-Oeste, como era esperado, o setor de destaque foi o setor agropecuário, que no comparativo entre 2010 e 2016 apresentou aumento de 3,7% na sua participação neste setor na estrutura produtiva da região Centro-Sul.

Segundo estudo desenvolvido por Perobelli *et al.* (2016), em termos regionais, os autores evidenciaram variações positivas mais intensas na produção dos estados da região Norte e manutenção do processo de crescimento da produção nos estados do Centro-Oeste. Pelo exercício espacial, foi possível avaliar a formação de *clusters* do tipo Alto-Alto no Centro-Oeste. Para além de termos econômicos, destaca-se os avanços na melhoria de vida da população do Centro-Oeste, no período entre os censos de 2000 e 2010, a região evoluiu significativamente nas dimensões de infraestrutura e redução de pobreza domiciliar (SILVA FILHO; ALVES; SILVA JÚNIOR, 2019).

Vale destacar que na comparação 2010 com 2016, Minas Gerais e São Paulo se mostram com crescimento no PIB e em setores específicos em destaque na região Sudeste, em geral segmentos mais sofisticados e/ou o setor financeiro. No caso mineiro, houve aumento no percentual de participação do VAB agropecuário e industrial, já os paulistas além do aumento no percentual de participação do VAB industrial, houve o aumento do VAB no setor de serviços. Espírito Santo e Rio de Janeiro aumentaram apenas a participação no setor primário da estrutura produtiva do Sudeste no período em estudo.

Tabela 07 - Participação no PIB Nacional e na Estrutura Produtiva das regiões do Centro-Sul - 2016 (%)

Estados/ Regiões	Participação PIB		Participação do VAB agropecuário		Participação do VAB da indústria		Participação do VAB dos serviços	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Minas Gerais	16,1	16,4	39,3	43,5	19,1	19,4	13,8	13,7
Espírito Santo	3,9	3,3	5,2	5,6	5,1	3,7	2,9	2,8
Rio de Janeiro	20,6	19,2	3,5	4,03	21,3	16,2	19,1	18,2
São Paulo	59,4	61,2	52,0	46,9	54,6	60,6	64,2	65,3
<b>Sudeste</b>	<b>56,1</b>	<b>53,2</b>	<b>27,2</b>	<b>24,9</b>	<b>58,8</b>	<b>53,0</b>	<b>60,1</b>	<b>58,5</b>
Paraná	36,3	37,7	40,5	40,3	35,1	39,1	37,1	37,2
Santa Catarina	24,8	24,1	20,4	17,5	27,6	25,6	23,7	23,6
Rio G. do Sul	38,9	38,3	39,1	42,2	37,3	35,4	39,1	39,3
<b>Sul</b>	<b>16,0</b>	<b>17,0</b>	<b>27,5</b>	<b>28,0</b>	<b>17,1</b>	<b>20,1</b>	<b>15,4</b>	<b>15,8</b>
Mato G. do Sul	13,3	14,5	27,3	25,9	17,1	22,3	12,0	12,3
Mato Grosso	15,9	19,6	31,9	40,8	17,8	21,9	16,2	18,7

Estados/ Regiões	Participação PIB		Participação do VAB agropecuário		Participação do VAB da indústria		Participação do VAB dos serviços	
	2010	2016	2010	2016	2010	2016	2010	2016
Goiás	30,1	28,7	39,6	32,1	48,3	44,4	30,1	29,9
Distrito Federal	40,6	37,2	1,3	1,3	16,8	11,5	41,7	39,1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9,1</b>	<b>10,1</b>	<b>16,4</b>	<b>20,1</b>	<b>6,1</b>	<b>7,3</b>	<b>8,2</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c).

Nos estados da região Sul, apenas o Paraná teve aumento do PIB no comparativo entre os anos, e além disso na participação do VAB industrial e de serviços. No Rio Grande do Sul, além do aumento no percentual de participação do VAB de serviços, destacou-se também o aumento na participação do VAB agropecuário, passando de 39,1% para 42,2%. O estado de Santa Catarina teve perda de participação na economia do Sul, em todos os setores e no produto da economia, no comparativo dos anos em estudo.

A dinâmica da economia no Centro-Oeste apresentou características de grande crescimento em todos os setores. A nova configuração da estrutura produtiva do Mato Grosso fez com que esse estado se diferenciasse dos demais. Houve crescimento em todos os setores e no produto desta economia, com aumento de aproximadamente 8% no percentual de participação do VAB agropecuário e de quase 3% no PIB. Caso similar ao do Mato Grosso do Sul, com aumento da participação em quase todos os setores, exceto no percentual do setor primário. Já Goiás e Distrito Federal apresentaram queda de participação setorial e no produto da economia no período em análise.

Já em termos de renda, todas as regiões do Centro-Sul apresentam renda média domiciliar per capita maior que a média nacional em todos os anos analisados. Isso demonstra a disparidade em termos de renda com as outras duas regiões analisadas na seção anterior (Norte e Nordeste), ambas se encontravam com renda média inferior a nacional no período analisado. A Tabela 08 mostra que a região menos desigual foi a região Sul do Brasil, seguido pelo Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 08: Renda média domiciliar per capita - Centro-Sul - períodos selecionados (1991/2000/2010)

Estados/Regiões	Renda média domiciliar per capita - Centro-Sul			
	1991	2000	2010	Total
Minas Gerais	292,18	545	733,24	541,27
Espírito Santo	292,65	570,26	795,33	579,4
Rio de Janeiro	469,15	814,5	993,21	781,37
São Paulo	573,77	871,24	1036,51	850,29
<b>Região Sudeste</b>	<b>469,57</b>	<b>766,4</b>	<b>943,34</b>	<b>748,36</b>
Paraná	340,39	633,82	870,59	636
Santa Catarina	349,13	688,16	967,45	704,16
Rio Grande do Sul	393,51	705,4	940,28	696,17
<b>Região Sul</b>	<b>364,19</b>	<b>674,48</b>	<b>919,9</b>	<b>674,96</b>

Estados/Regiões	Renda média domiciliar per capita - Centro-Sul			
	1991	2000	2010	Total
Mato Grosso do Sul	336,23	570,6	784,97	588,85
Mato Grosso	308,31	575,02	735,32	570,88
Goiás	318,82	566,67	785,17	589,32
Distrito Federal	728,22	1192,92	1665,42	1270,71
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>390,05</b>	<b>679,37</b>	<b>935,06</b>	<b>706,18</b>
<b>Brasil</b>	<b>348,47</b>	<b>585,94</b>	<b>767,02</b>	<b>587,48</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c)

Na região Sudeste, em 2010, os estados de Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram uma renda média domiciliar per capita maior que a média da região e a média nacional, R\$ 993,21 e R\$ 1.036,51, respectivamente. Ainda que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo possuam renda média inferior a nacional, com R\$ 733,24 e R\$ 795,33 respectivamente. O estado mineiro detém, além disso, média inferior à média regional. Em termos gerais, a região Sudeste que apresenta a segunda maior quantidade de municípios do Brasil (1.668) com apenas quatro estados, demonstra diferenciais de renda muito elevado dentro de sua própria região.

No Sul do país, todos os estados apresentam renda média maior que a nacional. Em 2010, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com renda média de R\$ 967,45 e R\$ 940,28, respectivamente, são maiores do que a renda média da própria região. O estado do Paraná, em termos de renda, apresentou uma renda média um pouco inferior à da região, muito embora bem maior do que a renda média nacional. Pode-se concluir que a região Sul é a região menos desigual nesse quesito no país.

No Centro-Oeste, é notória as desigualdades intra regionais nas conformações dadas pela renda média per capita. Os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás apresentaram em 2010, renda média inferior à própria renda média da região, sendo que Mato Grosso é, entre eles, o estado com renda média inferior à média nacional. O Distrito Federal apresenta renda média maior que o dobro da renda média nacional e do que os outros estados da região e naturalmente tal fato decorre dos elevados níveis salariais de funcionários públicos que vivem na sede do Governo Federal, demonstrando uma nítida concentração em termos de rendimentos regionais e fortes disparidades.

Tais disparidades são captadas pela Tabela 9, observa-se ao longo dos anos que gradativamente a desigualdade de renda vem caindo mesmo que muito lentamente. Em 2010, apenas o estado do Rio de Janeiro na região Sudeste e o Distrito Federal na região Centro-Oeste contemplam um índice na casa dos 0,6, todos os demais são inferiores.

Entre 1991 e 2000, observou-se uma elevação do Índice de Gini na região Sudeste e de 2000 a 2010 uma queda da concentração de renda. Nessa região, apenas Minas Gerais apresentou queda no Índice de Gini nos três anos analisados. Os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram respectivamente um aumento entre 1991 e 2000, seguidos por uma queda de 2000 a 2010, o que representa melhorias e reduções da concentração de renda per capita nessa região no último decênio analisado, reduzindo assim as desigualdades intra regionais.

No Sul, houve um ligeiro aumento no indicador de Gini entre 1991 e 2000, contudo observou-se uma queda acentuada entre 2000 e 2010, variando em 9,4%. Especificamente, a relação intrarregional é similar ao caso do Sudeste. Porém, apesar de ser a região menos desigual, apenas o Rio Grande do Sul logrou uma queda da concentração de renda per capita nos três anos em análise. Paraná e Santa Catarina apresentaram aumento do Índice de Gini entre 1991 e 2000, todavia entre 2000 e 2010 este índice se reduziu para 0,54 e 0,49, respectivamente, sendo que em Santa Catarina essa variação foi de aproximadamente 12% e no Paraná de 10,7%.

Tabela 09: Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Centro-Sul (1991/2000/2010)

Estados/Regiões	Índice de Gini da renda domiciliar per capita		
	1991	2000	2010
Minas Gerais	0,6188	0,6159	0,5634
Espírito Santo	0,6017	0,6081	0,5723
Rio de Janeiro	0,6133	0,6146	0,6116
São Paulo	0,5598	0,5925	0,5768
<b>Região Sudeste</b>	<b>0,5984</b>	<b>0,6093</b>	<b>0,585</b>
Paraná	0,5997	0,6065	0,5416
Santa Catarina	0,5482	0,5616	0,4942
Rio Grande do Sul	0,588	0,5863	0,5472
<b>Região Sul</b>	<b>0,5857</b>	<b>0,5893</b>	<b>0,5337</b>
Mato Grosso do Sul	0,6088	0,6258	0,565
Mato Grosso	0,6011	0,6278	0,5652
Goiás	0,5905	0,6131	0,5588
Distrito Federal	0,6203	0,6406	0,637
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>0,6244</b>	<b>0,642</b>	<b>0,6019</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,6383</b>	<b>0,646</b>	<b>0,6086</b>

Fonte: Elaboração própria com base nas Contas Regionais - IBGE (2021c).

Na região do Centro-Oeste, o Índice de Gini apresentou o mesmo ritmo que o Brasil. Entre 1991 e 2000, houve um aumento do índice e entre 2000 e 2010 uma redução. Sendo que dentro da região, o Distrito Federal é de longe o que apresenta maior concentração em termos de renda per capita em todos os anos de análise na região (inclusive maior que à média regional e brasileira). Já Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás apresentaram em 2010 um índice inferior ao regional e ao nacional.

Portanto, observou-se que os desequilíbrios intra regionais no Centro-Sul brasileiro, nas últimas três décadas analisada, seguem uma tendência de convergência de desenvolvimento. A teoria introduzida por Williamson (1965), a afirmar que o resultado esperado é que a descrição estatística da desigualdade regional tenha a forma de um “U” invertido, ao longo do curso do crescimento nacional encontra respaldo nesta realidade: observou-se que a concentração de renda, diagnosticado pelo Índice de Gini, mostra que tanto nas regiões quanto no Brasil, há um período de pico no ano 2000 (maior desigualdade), e dois períodos contemplando menores índices (1991 e 2010), isto é, formando o abstrato “U” invertido.

O período de ápice coincide com o ambiente de intensificação das reformas neoliberais no país, contexto já evidenciado como atenuante dos desgastes de indicadores sociais dentre estes as disparidades de renda.

Outro aspecto relevante ao se estudar as desigualdades regionais refere-se à análise da densidade populacional. Segundo Oliveira e Domingues (2005) por meio da densidade populacional captura-se os efeitos de congestão, isto é, áreas densamente habitadas que podem ter custos mais elevados, promovendo deseconomias externas e, assim, um menor crescimento da renda per capita das regiões analisadas se comparado ao crescimento médio da renda per capita nacional.

A Tabela 10 expõe dados por grande setor do IBGE dos estados e regiões que compõe o Centro-Sul no ano de 2017. Segundo dados da RAIS/MTE (2019), os setores que o Sudeste mais emprega são os setores da Indústria, Comércio e Serviços<sup>11</sup>.

Vale destacar que com aproximadamente 2,5 milhões de empregados formais no grande setor da indústria, 2,6 milhões no setor de comércio e 7,1 no setor de serviços, o estado de São Paulo apresenta a maior participação no emprego formal nos cinco grandes setores da região Sudeste. Minas vem em segundo com 21,6% dos empregados no setor industrial, 24,0% no setor de Construção Civil, 20,8% no Comércio, 19,2% no setor de Serviços e, por fim, com 39,8% no setor Agropecuário. O estado do Espírito Santo é o que expressa menos percentual de representatividade nos empregos formais.

Tabela 10: Emprego Formal no Centro-Sul por setor - 2017

Est// Reg	Indústria		Construção Civil		Comércio		Serviços		Agropecuária	
	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
MG	839.246	21,6	218.895	24,0	967.468	20,8	2.428.576	19,2	256.734	39,8
ES	131.439	3,4	36.752	4,0	188.789	4,1	487.614	3,8	29.563	4,6
RJ	457.035	11,8	155.923	17,1	820.833	17,6	2.588.243	20,4	22.702	3,5
SP	2.449.731	63,2	501.810	54,9	2.677.102	57,5	7.162.875	56,5	336.760	52,1
<b>SE</b>	<b>3.877.451</b>	<b>100</b>	<b>913.380</b>	<b>100</b>	<b>4.654.192</b>	<b>100</b>	<b>1.266.731</b>	<b>100</b>	<b>645.759</b>	<b>100</b>
PR	662.939	33,2	112.180	37,6	653.399	38,1	1.497.200	38,5	102.474	44,9
SC	671.552	33,6	82.133	27,5	446.664	26,0	964.481	24,8	40.908	17,9
RS	665.259	33,3	104.250	34,9	616.598	35,9	1.431.578	36,8	84.688	37,1
<b>S</b>	<b>1.999.750</b>	<b>100</b>	<b>298.563</b>	<b>100</b>	<b>1.716.661</b>	<b>100</b>	<b>3.893.259</b>	<b>100</b>	<b>228.070</b>	<b>100</b>
MS	98.183	19,6	22.137	14,6	125.567	16,4	324.142	13,0	69.358	24,3
MT	109.273	21,8	30.844	20,4	188.281	24,6	358.378	14,3	113.609	39,9
GO	248.681	49,7	56.955	37,7	289.457	37,8	824.584	33,0	95.745	33,6
DF	44.198	8,8	41.187	27,3	161.527	21,1	993.460	39,7	6.357	2,2
<b>CO</b>	<b>500.335</b>	<b>100</b>	<b>151.123</b>	<b>100</b>	<b>764.832</b>	<b>100</b>	<b>2.500.564</b>	<b>100</b>	<b>285.069</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE (2019).

11 Vale destacar que no presente estudo são considerados os cinco grandes setores do IBGE, à saber: Agropecuária, Construção Civil, Comércio, Indústria e Serviços. Conforme a Tabela 10.

No Sul, também se destaca a grande quantidade de trabalhadores formais nos setores da Indústria, Comércio e Serviços. Há maior equitatividade entre o percentual de empregabilidade dos estados e é menos possível notar uma expressiva concentração de empregos em um estado específico.

No Centro-Oeste, ressalta-se a empregabilidade do setor de Serviços. Neste setor há grande participação do Distrito Federal e do estado de Goiás, com 39,7% e 33,0%, respectivamente, dos empregados formais. Em Goiás, observa-se maior quantidade de trabalhadores empregados no setor industrial com 49,7%, sendo quase metade dos empregados formais da região concentrados no estado goiano. Semelhante situação ocorre em Mato Grosso, no que se refere ao setor agropecuário com cerca de 40% dos empregos formais.

De acordo com Cunha (2006) e Silva Filho, Alves e Silva Junior (2019) o estado de Mato Grosso passou por uma importante inflexão no seu crescimento demográfico, resultante das significativas transformações no seu processo de desenvolvimento econômico e estrutura produtiva, dentre outros fatores. Porém, ainda prevalece uma concentração de municípios com baixo desenvolvimento socioeconômico, nas porções sul e nordeste do ao Sul e na região Nordeste do estado.

Vale ressaltar que o setor agropecuário expressa grande representatividade na região Centro-Oeste, sobretudo no que se refere às áreas plantada e colhida, conforme destaca a Tabela 11.

Tabela 11: Produção agrícola no Centro-Sul (Sudestes, Sul e Centro-Oeste) - 2017

Estados/Regiões	Valor da produção (Mil Reais)		Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)		Área colhida (Hectares)	
	Região	Nacional	Região	Nacional	Região	Nacional
Minas Gerais	34,3	9,8	35,7	6,7	35,7	6,7
Espírito Santo	6,0	1,7	3,9	0,7	3,9	0,7
Rio de Janeiro	1,4	0,4	0,8	0,1	0,8	0,1
São Paulo	58,4	16,6	59,5	11,2	59,5	11,2
<b>Sudeste</b>	<b>100,0</b>	<b>28,5</b>	<b>100,0</b>	<b>18,8</b>	<b>100,0</b>	<b>18,9</b>
Paraná	44,4	11,9	49,8	13,4	49,8	13,4
Santa Catarina	12,0	3,2	7,4	2,0	7,4	2,0
Rio G. do Sul	43,7	11,7	42,7	11,5	42,7	11,5
<b>Sul</b>	<b>100,0</b>	<b>26,8</b>	<b>100,0</b>	<b>26,9</b>	<b>100,0</b>	<b>27,0</b>
Mato G. do Sul	18,2	4,8	19,2	6,7	19,2	6,7
Mato Grosso	51,7	13,6	56,8	19,8	56,8	19,8
Goiás	29,1	7,7	23,4	8,1	23,4	8,1
Distrito Federal	1,0	0,3	0,6	0,2	0,6	0,2
<b>Centro-Oeste</b>	<b>100,0</b>	<b>26,3</b>	<b>100,0</b>	<b>34,8</b>	<b>100,0</b>	<b>35,1</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Produção Agrícola Municipal – IBGE (2021d).

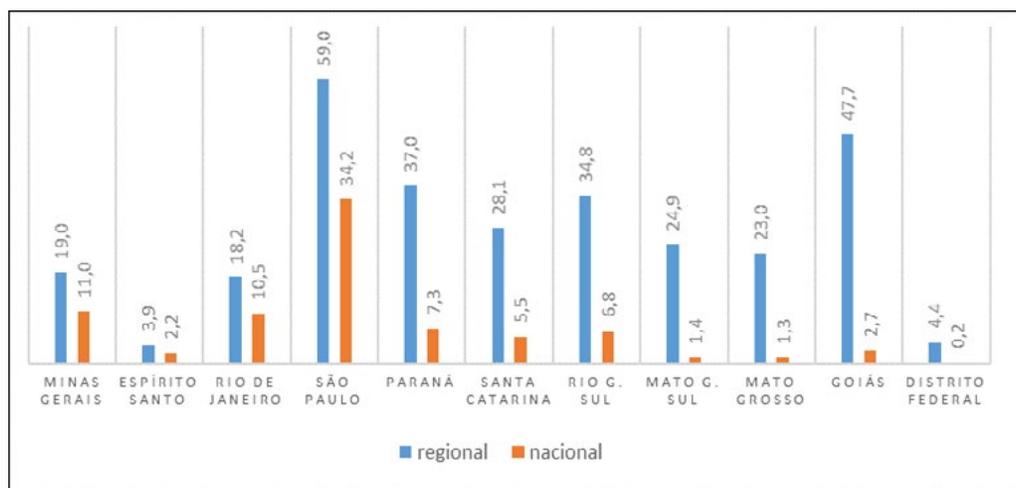
Dentre as três regiões, a de maior expressividade em termos de valor de produção é a região Sudeste com percentual de participação nacional de 28,5%, seguida pelo Sul e Centro-Oeste, juntos totalizam mais de 81% do valor da produção nacional. Nesse ínterim, a área plantada ou destinada a colheita no Centro-Sul representa um total de 80,5% e a área colhida um total de 81%, demonstrando assim a representatividade desse setor na economia das regiões.

Em uma atenção maior às diferenças intra regionais, observa-se na região Sudeste que a maior concentração também relaciona-se aos estados de São Paulo e Minas Gerais, com percentual de participação no valor da produção de 58,4% e 34,3%, respectivamente, isso se reproduz nas áreas destinadas à colheita e área colhida.

No Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, estados com maior tradição nesse setor, apresentam maior percentual na participação regional, com 44,4% e 43,7%, respectivamente, no que se refere ao valor de produção. Santa Catarina vem em seguida com 12%. Já o Centro-Oeste, em especial o estado do Mato Grosso, apresenta a maior parte do percentual de participação do valor de produção agrícola com 51,7%, isso se deve sobretudo a modernização deste setor nessa região, bem como a área destinada à plantação e à área colhida em termos regionais com 56,8% e em termos nacionais com quase 20%.

Sabe-se que historicamente a indústria esteve concentrada no Centro-Sul do país, sobretudo no estado de São Paulo, na fase da industrialização restringida, quando há a consolidação da posição hegemônica do capital produtivo industrial, concentrado eminentemente na cidade de São Paulo.

Figura 03 – Valor da Transformação Industrial - 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2021d).

Atualmente, os dados confirmam que o Valor de Transformação Industrial (VTI) está com mais de 34,2% concentrados no estado de São Paulo, em termos nacionais, seguidos por outros dois estados da região Sudeste: Minas Gerais (11%) e Rio de Janeiro (10,5%). O VTI é calculado subtraindo-se do valor da produção, os dispêndios com o emprego

de matéria-prima, material auxiliar e de embalagem e acondicionamento, combustíveis, lubrificantes, energia elétrica adquirida, e com serviços contratados. Representa o valor adicionado aos da matéria-prima e do material consumido na produção, pelo trabalho industrial executado no estabelecimento.

Em termos regionais, no Sudeste com quase 60% do VTI está o estado de São Paulo, seguido por Minas 19%, e Rio de Janeiro com 18,2%. Já no que se refere aos estados do Sul, o VTI é mais “homogeneizado” entre os três estados da região, prevalecendo no ano de 2017, o estado do Paraná. No Centro-Oeste, a participação nacional do VTI é muito baixa. Em termos regionais, o estado de Goiás, representa um total de 47,7% do VTI da região do Centro-Oeste, seguido por Mato Grosso do Sul com aproximadamente 25%, Mato Grosso com 23% e, por fim, o Distrito Federal com 4,4%.

## 5. Sucintas conclusões

Os problemas das desigualdades regionais são questões estruturais fundamentais que causaram atraso no processo de desenvolvimento e unificação do mercado nacional. Mesmo diante de uma tendência de convergência das regiões, conforme observado, há ainda grandes hiatos intra regionais. Araújo (2013), por exemplo, afirma que na dimensão da desigualdade regional herdada pelo seu passado histórico, nos anos pós-2000, ainda se reflete em qualquer indicador socioeconômico que se tome, como a taxa de mortalidade infantil ou a taxa de analfabetismo das pessoas de dez anos e mais. A autora discute que hiatos igualmente desafiadores permanecem entre o Brasil urbano e o rural, e que há ainda diferenciais mesmo nas regiões mais pobres. Outro ponto importante, se dá em relação à exploração do petróleo advindo do pré-sal, e que pode se tornar uma cunha na tendência à desconcentração e interiorização vivenciada nos tempos mais recentes.

Contudo, Brandão (2019) destaca que se o Estado não promover políticas públicas com fito de redução das desigualdades, as perspectivas de mudanças são baixas e colocam-se com maior vigor processos de reconcentração espacial. As vantagens locacionais, as externalidades positivas e os efeitos aglomerativos do Sul-Sudeste são marcantes, atrativos e cruciais para a tomada de decisão privada de realização de inversões de capital, ampliando processos de desigualdades regionais.

Nos últimos anos, por meio dos créditos públicos (principalmente via BNDES), o Estado brasileiro procurou sinalizar prioridades ao setor privado. De acordo com Brandão (2019) o federalismo do bem-estar social cumpriu papel importante na transferência de recursos, gerando mercados regionalizados de consumidores dotados de maior poder de compra, “contudo, tais recursos não têm transformado as estruturas produtivas locais de maneira a fortalecer a base de geração de tributos capazes de operar transformações robustas nas estruturas produtivas regionais” (MONTEIRO NETO, 2012, p.25).

No entanto, assim como afirmado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional é preciso aprimorar os critérios para concessão de financiamento dos fundos regionais, ampliando sobretudo dois aspectos relevantes como formas estratégicas de desenvolvimento regional e territorial: a seletividade geográfica e setorial, bem como as contrapartidas dos beneficiados. Esses aspectos são fundamentais para transformar as estruturas produtivas das

regiões mais atrasadas, buscando evitar os problemas advindos dos chamados vazamentos inter-regionais.

No período 2003-2015, ocorreu uma intensa reconfiguração inter-regional no Brasil, mas sobretudo na escala intrarregional de suas cinco macrorregiões (BRANDÃO, 2019). Tal movimento pôde ser observado ao longo do presente trabalho. Quando se observa de forma agregada, na escala das macrorregiões brasileiras, ou focalizando os “três mundos regionais”, como destaca o autor, com menores patamares de desenvolvimento, pode ser difícil de se enxergar a abundância de microprocessos de alto dinamismo social, produtivo, político ou institucional que surgiram em fins do século XX.

As políticas públicas implementadas foram políticas públicas setoriais em escala nacional, e não explicitamente de cunho regional, que tiveram impactos importantes para a maior homogeneização social e a melhoria das condições de vida da população, justamente nos territórios caracterizados por menor crescimento econômico.

O que cabe à política regional (explícita) fazer é dinamizar de forma a gerar a maior convergência de renda, o alargamento de oportunidades e um processo de coesão (econômica, social e política) entre as heterogêneas regiões, e que, ao mesmo tempo, respeite e valorize nossa diversidade.

Em suma, é necessário construir elementos institucionais, mecanismos e projetos que de forma conjunta combatam injustiças sociais e, sobretudo, socioespaciais. Além de reduzir as desigualdades sociais e facilitar o acesso a bens, serviços, infraestrutura, saneamento básico e proporcionar melhorias nas qualidades de vida da população, para assim, reduzir cada vez mais as disparidades inter e intra regionais. Para tanto, acredita-se que entender cada especificidade sub-regional a partir de uma ação estatal participativa e que no planejamento leve em conta a complexidade federativa.

Como o estudo limitou-se a analisar alguns fatores econômicos e sociais das regiões brasileiras, evidenciando os desequilíbrios em termos de estrutura produtiva intrarregional, bem como apresentar as perspectivas de mudanças e persistência dos problemas. Sugere-se para próximos estudos uma maior discussão sobre os programas de incentivos fiscais, renúncias fiscais, benefícios fiscais que foram realizados e ainda são, por alguns estados por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, Fundo Constitucional do Nordeste, do Norte, e de programas estaduais como fomentar e produzir (Goiás), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (tem seus programas para promover a industrialização). Levantando a seguinte questão: será que tais programas não colaboraram para melhorar a redução das desigualdades regionais com os demais estados do Sudeste e Sul? Com certeza os programas regionais ajudaram a aumentar a produção agrícola, industrial e de serviços e, consequentemente, de aumento da geração de emprego formal e da elevação da renda per capita.

## Referências

ALVES, D. F. **Estrutura Produtiva e Desigualdade Intermunicipal de Renda no Brasil: uma abordagem regional.** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ALVES, D. F.; LIMA JÚNIOR, F. Ó.; PEREIRA, W. E. N. Disparidades locais na estrutura produtiva e fragmentação territorial: uma análise das mesorregiões do rio grande do norte. **Revista Estudo & Debate**, v. 26, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2QRivIn>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

ALVES, D. F.; PEREIRA, W. E. N.; LIMA JÚNIOR, F. Ó. A participação da mulher no mercado formal de trabalho industrial cearense: comparativo entre os anos de 2006 e 2014. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 13, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2yj65Cz>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

ARAÚJO, T. B. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. In: [S.l.]: São Paulo: Perseu Abramo, 2013. cap. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil, p. 39–52.

BARBOSA, M. A. *et al.* **Desigualdades Regionais e Sistema de Saúde no Amazonas: o caso de Manaus**. Dissertação (Mestrado) — (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública) - Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2UqdB7d>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BERCOVICI, G. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BONAVIDES, P. O planejamento e os organismos regionais como preparação a um federalismo das regiões. **Revista de Direito Administrativo**, v. 104, p. 1–29, 1971. Disponível em: <<https://bit.ly/2xupXCg>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BUARQUE, S. C.; LOPES, A. D. A.; ROSA, T. C. Federalismo no Brasil. In: . São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. cap. Integração Fragmentada e Crescimento da Fronteira Norte, p. 92–120.

BRANDÃO, C. A. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da pndr e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. Ipea - Texto para Discussão, n. 2460. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3aCWdla>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CANO, W. **Uma agenda nacional para o desenvolvimento**. In: Ensaios sobre a crise urbana no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011. pp. 327-365

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831–851, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2WVRpUe>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, W. **Celso Furtado e a questão regional no Brasil**. São Paulo: Celso Furtado e o Brasil, 2000.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 160–184, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2QU2GR8>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 1, p. 87–107, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3bCQLiq>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG - Texto para Discussão, n. 159. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3bvKaGw>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, v. 19, n. 2, p. 227–249, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2wKbCSm>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FURTADO, C. **O Brasil Pós Milagre**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife, PE: Editora Massangana, FUNDAJ, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37–54, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/2UK32uD>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

IBGEa. Instituto brasileiro de geografia e estatística. IBGE. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/2QVor30>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

IBGEb. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Censo Demográfico - IBGE. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/33Syx9W>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

IBGEc. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Contas Regionais - IBGE. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/39qp2Ae>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

IBGE d. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA/IBGE. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3dwJe6y>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

LIMA JÚNIOR, F. O. **SUDENE e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/39mVrHT>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MACEDO, F. C.; MATTOS, E. N. O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, p. 355–384, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/33YXP6r>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MONTEIRO NETO, A. Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas. In: . Brasília: Ipea, 2012. cap. Mecanismos de financiamento do desenvolvimento regional. Disponível em: <<https://bit.ly/2UprbaP>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no brasil? **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 72–96, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/3dNAd9x>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

OLIVEIRA, H. C.; DOMINGUES, E. P. Considerações sobre o impacto dos fundos constitucionais de financiamento do norte e do centro-oeste na redução da desigualdade regional no brasil. In: ANAIS DO XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2yh0WLi>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2UxXCUE>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

PEREIRA, W. E. N. Reestruturação econômica no nordeste brasileiro. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 4, p. 59–66, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2JnCyKo>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

PEREIRA, W. E. N. Do estado liberal ao neoliberal. **Interface (Natal)**, v. 1, n. 1, p. 11–24, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2UIfwDd>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

PEROBELLI, F. S. *et al.* Avaliação espacial das fontes de crescimento de um conjunto de *commodities* agrícolas brasileiras exportáveis entre 2003–2013. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 14, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2wCmHou>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

RAIS/MTE. Relação anual de informações sociais do ministério do trabalho e emprego. MTE. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3bLhV75>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SAMPAIO, D. P. **Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil**. Campinas, SP: Instituto de Economia UNICAMP. 2015 (Tese de Doutorado) 263p.

SILVA, B. M. *et al.* Desequilíbrios regionais no Brasil e a hipótese da convergência do desenvolvimento. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 22, p. 5–22., 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3arN4fq>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Desindustrialização em debate: teses e equívocos no caso da economia brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 42, n. 2, p. 57–76, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2R3o2vh>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SILVA FILHO, L. A.; ALVES, D. F.; SILVA JUNIOR, J. J. Desenvolvimento socioeconômico no centro-oeste: Uma análise a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 42, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2QXgdHI>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

WILLIAMSON, J. G. Regional inequality and the process of national development: a description of the patterns. **Economic development and cultural change**, v. 13, n. 4, p.1–84, 1965. Part 2. Disponível em: <<https://bit.ly/3byU6is>>. Acesso em: 29 dez. 2021.